

MARGENS DA POLÍTICA

Estado, direitos sexuais e religiões



CONSELHO EDITORIAL

Bertha K. Becker (*in memoriam*)

Candido Mendes

Cristovam Buarque

Ignacy Sachs

Jurandir Freire Costa

Ladislau Dowbor

Pierre Salama

Marcelo Natividade

MARGENS DA POLÍTICA
Estado, direitos sexuais e religiões

G a r a m o n d

Copyright © Marcelo Natividade

Direitos cedidos para esta edição à

Editora Garamond Ltda.

Rua Candido de Oliveira, 43/Sala 101 - Rio Comprido

Rio de Janeiro - Brasil - 20.261-115

Tel: (21) 2504-9211

editora@garamond.com.br

Revisão

Alberto Almeida

Editoração Eletrônica

Editora Garamond

Capa

Estúdio Garamond

Sobre "Chinese gardens exhibit at the fair by N@ncy N@nce", disponível em

<https://www.flickr.com/photos/36436564@N07/14990219620>,

sob licença Creative Commons.

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

N23m

Natividade, Marcelo

Margens da política : estado, direitos sexuais e religiões / Marcelo

Natividade. - 1. ed. - Rio de Janeiro : Garamond, 2016.

296 p. : il. ; 21 cm.

ISBN 9788576174387

1. Antropologia. Política. Direitos sexuais. Direitos sociais. Direitos humanos. Movimentos sociais. Homossexualidade. Religião e sexo.

I. Título.

16-34546

CDD: 306.766

CDU: 316.837

Todos os direitos reservados. A reprodução não autorizada desta publicação, por qualquer meio, seja total ou parcial, constitui violação da Lei nº 9.610/98.

Sumário

<i>Prefácio</i>	7
<i>Apresentação</i>	15
<i>Preâmbulo, sobre deslocamentos e margens</i>	21
Capítulo 1. Entre reconhecimento e demonização: Um olhar antropológico para as políticas sexuais e os direitos LGBT na Baixada Fluminense	31
Introdução	31
A Baixada Fluminense como campo	37
Políticas sexuais, poder religioso e movimentos sociais.....	42
Satã chegou aqui: uma igreja inclusiva em Nova Iguaçu	46
Saúde LGBT: uma política abortada	52
Interferências do religioso?	56
O perigo ronda lá fora: algumas percepções locais da diversidade em paradas do Orgulho LGBT na Baixada Fluminense	58
Um arco-íris sem cores: a Parada proibida de Duque de Caxias.....	64
À guisa de conclusão	69
Capítulo 2. Para além das oposições: O jogo da política nas eleições de 2010 e as percepções da diversidade sexual	77
Adão e Ivo, eleições e uma controvérsia.....	80
Cenas de uma guerra: políticas sexuais, eleições, religião e orientação para o voto	81
Segundo turno das eleições 2010: a pluralização do debate	89
Reações religiosas à candidatura de Dilma Rousseff: a demonização da diversidade sexual.....	93
Novas reverberações: reações de repúdio e as reivindicações por proteção e segurança pública.....	96
Desestabilizando visões.....	98
Capítulo 3. Estado em ação: Etnografando políticas LGBTs no Ceará e no Rio de Janeiro	105
Resgatando ações e pensando sobre metodologia e teoria	108
Conhecendo as políticas	117
A política pública na região metropolitana do Rio de Janeiro	119
Eu gosto é de mulher: saúde e política pública.....	121
“Boas práticas” ou “um curso pra veado”? Estigma e reconhecimento no campo da segurança pública	128

Um arco-íris, ilegibilidades e desestabilizações: metrópoles e periferias.....	134
Capítulo 4. Sobre LGBTs, corporações e políticas de segurança pública	147
<i>escrito com Aline Soares Alves</i>	
A política de segurança e a diversidade sexual	152
A homofobia cordial dos operadores de segurança.....	155
Etnografia da 14ª Parada pela Diversidade Sexual de Fortaleza	159
Cenas biográficas: ser guarda, ser gay e ser lésbica.....	164
Concluindo	182
Capítulo 5. Entre hospitalidade e hostilidade: Políticas sexuais em perspectiva internacional.....	187
<i>escrito com Renata Reverendo Vidal Nagamine</i>	
A controvérsia global em torno da lei anti-homossexualidade ugandense	192
Livres e iguais? Um sobrevoo por movimentos em matéria de política sexual em instituições internacionais e Estados	200
A voz e os movimentos das instituições religiosas em matéria de políticas sexuais.....	211
Versões, inversões e intervenções da religião sobre os direitos: a Comissão de Direitos Humanos sob a presidência de Marco Feliciano	220
Sobre hesitações e compromissos na política sexual: uma campanha de saúde censurada	231
Considerações finais.....	236
Capítulo 6. O que há de tão satânico na xereca da vizinha? Notas sobre gênero, política pública, cidadania e liberdade	243
<i>escrito com Leandro de Oliveira</i>	
O translendário: sobre hesitações e dissonâncias na política	246
A xereca satânica e uma nova controvérsia	257
Assinaturas do Estado: corporalidade, laicidade e ilegibilidade	264
Epílogo: Sobre religião, diferença, olhares antropológicos e políticas sexuais	269
Fontes etnográficas	277
Referências bibliográficas.....	288
Os autores	295

Prefácio

Vulnerabilidade e inacabamento: a defesa dos direitos LGBT

Patricia Birman

O cruzamento dos temas *Estado, direitos sexuais e religião* deixa claro o grande interesse deste livro para compreender os problemas sociais, políticos e morais contemporâneos. Um único assunto é tratado em suas páginas: como as sexualidades minoritárias, que se identificam através da sigla LGBT, são alvo de políticas específicas que lhes são favoráveis ou de ferrenha oposição da parte de segmentos do Estado, atores leigos e principalmente religiosos. É do interior desta temática maior que o livro desenvolve como se organizam as resistências e as lutas dessas minorias específicas para obter direitos e acesso a direitos legalmente estabelecidos. Assim, direitos sexuais, religião e Estado são percebidos através das inter-relações de seus atores, pertencentes a universos sociais e culturais que estão longe de serem homogêneos. Nada é evidente no cruzamento e nos entrelaçamentos que ocorrem entre seus atores e suas perspectivas. Os conflitos, as ambiguidades, as negociações e as afirmações identitárias fazem parte do cotidiano daqueles envolvidos com estas causas nos casos que nos são apresentados.

Somos chamados a interrogar alguns de nossos pressupostos sociológicos mais difundidos: será que o Estado aparece através de uma postura liberal e laica, a favor dos direitos sexuais das minorias, em contraste com a religião que as combate? Será que o caráter laico de certas políticas é uma defesa efetiva contra estigmas e preconceitos que se traduzem em ausência de direitos para a população LGBT? E estes direitos? Finalmente quais seriam as agendas dos movimentos, encampadas por que grupos e instituições? Nenhuma destas perguntas permite puxar, do grande leque

de respostas prontas, análises satisfatórias. O cuidado de se desfazer das facilidades correntes empurra Marcelo Natividade e Leandro de Oliveira, Renata Nagamine e Aline Alves (coautores cada qual de um dos sete capítulos do livro) a buscar situações complexas onde aparentemente tudo se encontra fora do lugar. Na verdade, o livro demonstra que há poucos lugares fixos e cristalizados nos caminhos e descaminhos que envolvem políticas públicas, religião e sexualidade.

Descortinamos através de sua leitura situações complexas, conflitivas, nas quais se mesclam experiências vanguardistas, associando sexo e arte, sexo e religião, pluralismo religioso libertário contra a perspectiva homofóbica, as políticas de saúde que afirmam direitos, as relações hospitalares desafiadas pelos corpos de travestis, as exigências de reconhecimento identitário de lésbicas. Casos não faltam. Alguns exemplos de situações estudadas nos colocam em contato com o desconforto frente aos “direitos humanos” daqueles forçados por culturas machistas e violentas de agentes de segurança pública diante de “cursos para veados” que lhes são impostos; exigências de gênero de travestis durante internações hospitalares que criam também perplexidade e negociações complexas; exigências de saúde para lésbicas incompreendidas; Paradas Gays que fracassam, calendários de travestis percebidos como ofensivos e mesmo considerados religiosamente blasfematórios. Tudo isto, em suma, através de uma miríade de atores dos mais variados meios sociais, orientações políticas, identitárias e religiosas. Acompanhar os casos e as causas que assim surgem é instrutivo e também prazeroso. Trata-se pois de um trabalho denso e único sobre esta temática na medida em que aborda entrelaçamentos que renovam nossa perspectiva diante da complexidade dessas questões relacionadas à defesa de Direitos Humanos e igualdade social e política para essas populações.

Marcelo Natividade e os coautores do livro assumem como orientação uma recusa inequívoca das análises e teorias dualistas que relacionam opondo, de um lado, Estado e Sociedade e, de outro, Direitos humanos e Religião. (Cf. Butler, 2001). Os textos seguem os fios de muitos emaranhados sociais que atravessam as instituições e os movimentos relativos às causas LGBT e também os combates homofóbicos, as suas

verbalizações estigmatizantes e violentas cujas consequências deplo-
ráveis bem conhecemos. Políticas de resistência, de afrontamento, de
aproveitamento de brechas, que porventura surjam, são valorizadas
sempre *em situação*, localizando os atores, os papéis institucionais, as
leis, as brechas da lei e as práticas ilegais e aquelas também legítimas.
Não há um bom “lado” institucional que sirva de divisória nítida entre
instâncias sociais contrárias ou favoráveis aos direitos e às causas LGBT.
Em outras palavras, não é possível denunciar as igrejas evangélicas e os
religiosos evangélicos em bloco quando entre elas se encontra aquela
que melhor acolhe os indivíduos e as causas LGBT, uma igreja inclusiva,
com mais sucesso que muitos programas dos governos do Estado. Mas
se esta igreja tem também contra ela atores estatais em diferentes escalas
é preciso reconhecer que seus pontos de vista favoráveis à igualdade
de direitos e contrários a políticas discriminatórias revelam-se social e
politicamente minoritários. Há uma inequívoca hegemonia conserva-
dora e contrária às causas LGBT tanto na sociedade quanto no Estado
e entre os dois, em suas fronteiras difusas e porosas, navegam os atores
estatais e não estatais que promovem de um lado e também atacam, de
outro, o acesso a direitos de minorias sexuais.

Não é portanto um livro que ofereça o conforto das linhas divi-
sórias claras e totalizantes. E isto é uma de suas grandes qualidades. Já
é lugar comum falar dos “evangélicos” como os principais opositores à
pauta de direitos sempre e reiteradamente repostas pelos seus militan-
tes. No entanto, Marcelo Natividade e sua equipe unem o desejo de
combate a favor do pluralismo e de acesso a direitos a esta minoria, a
um forte empenho em buscar a verdade, quer dizer, de não simplificar
nem reduzir a realidade social às percepções maniqueístas correntes.
Buscaram escavar cada vez mais fundo o campo das ambiguidades,
contradições e micropolíticas que encontraram em muitas situações,
nas estratégias que compartilharam e nas perplexidades que sentiram
frente à heterogeneidade dos atores do Estado e também das igrejas,
indivíduos e movimentos religiosos.

Os autores se dedicaram com muito afincos a etnografar situações
controversas, principalmente aquelas conflitantes em que antagonismos

político-religiosos se exprimiram. Valorizaram pequenas vitórias, registraram retrocessos importantes, deploraram perdas e festejaram discretamente os ganhos positivos através dos casos enfocados.

É assim um livro também esperançoso e militante. Desafia as cristalizações das imagens preconceituosas, a normatividade hegemônica mostrando a força capilar das causas que analisa e defende. Passemos agora para alguns comentários mais de fundo.

Escalas

A perspectiva antidualista dos autores levou-os a privilegiar como material situações precisas, na boa tradição etnográfica que é atenta a singularidade dos contextos bem como a transversalidade que alguns temas possuem, como a homofobia e as formas variadas de condenação de sexualidades desviantes. Nesta linha, supõe-se que a Parada Gay em Nova Iguaçu, o grupo de ativistas no Ceará em prol da Saúde das Mulheres, o caso do calendário (designado jocosamente como Translendário) com imagens de travestis, não podem ter suas especificidades ignoradas. Afinal, os jogos de força que operaram nas situações de conflito, com confrontos e resistências, bem como os discursos proferidos, os agenciamentos efetuados não são sempre os mesmos principalmente porque nestas situações há diferenciais de poder e de sentidos que estão também fortemente implicados em “jogos de escalas” (Revel, J. 1998 e Telles, V. 2009).

A instabilidade como dinâmica

As ações estatais não são apresentadas, com razão, como uniformes. No entanto, salientemos: as fragmentações das práticas e condutas operam através hierarquias, funções e papéis que envolvem diferenciais de poder. E assim o livro incita o leitor a pensar como os movimentos LGBT, ao atuarem, por exemplo, em instituições estatais e em políticas públicas, possuem uma grande instabilidade. A qualquer momento uma secretaria, uma coordenação favorável podem ser desfeitas, um programa pode ser abandonado, uma causa pode ser desqualificada.

E é o que acontece em quase todos os casos analisados. No entanto, não compreenderemos esta dinâmica carregada de vulnerabilidade se não entendermos como, em cada contexto, diferentes instâncias de poder, em diferentes escalas, atuam. O livro nos leva a concluir que as políticas conservadoras são, sim, hegemônicas mas não estão fora de um campo sensível de disputas e por isso nada lhes garante a eternidade (apesar de profecias correntes entre igrejas evangélicas). Há um movimento constante, milimétrico talvez, que corrói as bases desta hegemonia, “POR BAIXO”, “POR CIMA” e pelos “LADOS”. Quando surgem políticas públicas que buscam instaurar direitos e acessos a estes, isto não quer dizer que o Estado com maiúscula definiu um caminho homogêneo para todas as suas instâncias e em diferentes escalas. Mas que se trata de um nível, de um lugar, de uma possibilidade, de um momento também precário e instável em um jogo de forças *sempre inacabado*, envolvendo atores nas mais diversas posições de poder, dentro e fora do Estado, dentro e fora de instituições e movimentos. Há muitos fios que unem e tornam opacas as formas vigentes entre grupos e indivíduos de separar moralidades, religiões, atitudes e questões na esfera jurídica e política: separar o que seria direito da família, dever de um pai, postura de um policial, ação legal, moralmente legítima ou ilegítima do ponto de vista dos direitos humanos (cf. Carrara, 2013), do ponto de vista de uma sociedade laica, liberal, conservadora, católica, evangélica, desigual, racista, homofóbica, sexista, globalizada, mediatizada, individualista, hierárquica, e assim por diante, não é tarefa fácil! Não é possível fazer um livro sobre condições de acesso a direitos LGBT sem considerarmos como certos fios destas tramas complexas se conectam em momentos específicos, através de agenciamentos sociais e morais localizados.

Conservadorismo imperante

Infelizmente não há nenhuma bola de cristal a consultar. A tendência conservadora hoje em dia ganhou reforços consideráveis na mídia, na política e também em formas de culturas públicas de base evangélica e católica que crescem nas periferias e nos centros urbanos.

Diria que o conservadorismo alimenta-se largamente de uma cultura cristã difusa, por um lado, e de uma política de combate ativo, de grande repercussão e eficácia, por parte dos movimentos favoráveis à homofobia, nos planos morais, políticos e jurídicos. Sem dúvida situados à frente destes encontram-se alguns grupos evangélicos.

Em vários momentos do livro ficamos cientes que, de fato, muita coisa mudou para melhor em relação ao reconhecimento de direitos de homossexuais, travestis e transgêneros. Mas tudo se passa, na verdade, em zonas de fronteira, em que o acesso a direitos dessa população é sempre dúbio, em certa medida condicional e circunstancial. A lei e sua aplicação, as regras prescritas e as regras vigentes configuram o campo em que se movem os atores do Estado, dos movimentos LGBT, dos grupos associativos, das igrejas. Nada é garantido. Toda conquista pode ser desfeita. Todas as tentativas precisam sempre recomeçar. Poderíamos dizer assim duas coisas: uma, que os “avanços” no plano jurídico e político exigem uma presença militante forte para serem aos poucos consolidados – o que nem sempre é o caso; outra, que esta consolidação é sempre incerta, ou melhor, é sempre possível “retroceder” na afirmação dessa agenda de direitos.

O inacabamento que assim apontamos, no entanto, não busca desnudar ilusões que estariam sendo perdidas, diante de um eterno retorno (reforçado muitas vezes) do conservadorismo hegemônico, mas um campo de lutas e de resistências que se constrói em vários planos e cuja capilaridade na vida social é patente.

E a laicidade do Estado?

O livro demonstra cabalmente o quanto as práticas hegemônicas através dos muitos operadores do Estado baseiam-se principalmente em princípios cristãos para não dizer evangélicos e católicos. Todavia, as lutas e resistências ancoram-se fundamentalmente em propostas de natureza laica, eventualmente assumidas por religiosos através de mensagens de cunho bíblico. O campo a favor da igualdade de gêneros, a favor do aborto, a favor do reconhecimento social e político das identidades LGBT é minoritário e instável.

Os obstáculos que os projetos LGBT enfrentam devem muito às tentativas, muitas bem sucedidas, aliás, de projetos de lei, de decretos e resoluções em diferentes escalas das instâncias estatais que buscam impor seus pontos de vista religiosos como um projeto biopolítico associado à governabilidade. Se por um lado é verdade que as muitas facetas do Estados em vários planos são atravessadas por perspectivas religiosas, é também verdade que os núcleos de resistência se apoiam e defendem princípios tradicionalmente laicos para afrontá-las. Marcelo Natividade exemplifica os conflitos através da análise de muitas controvérsias envolvendo atores laicos e religiosos (cf. Giumbelli, 2014).

O agenciamento de princípios constitucionais, a exigência de atendimentos médicos segundo princípios seculares, a demanda por igualdade sustenta a agenda dos ativistas e simpatizantes LGBT. Se é difícil encarar princípios seculares como exteriores aos embates sociais e políticos – afinal o conservadorismo também opera através deles – nem por isso se deve ignorar, mais uma vez, que nestes jogos de força, a potência dos dispositivos legais, em diferentes escalas de exercício de poder, é enorme. Basta lembrar o quanto ficou complicado e muito difícil de afrontar eventos e políticas discriminatórios, como o próprio livro demonstra, quando princípios religiosos podem se apoiar na força da lei.

Os planos legais e ilegais se embaralham, bem como os atores e suas práticas. Portanto diferenciais de poder, tanto legais quanto ilegais, fazem parte das disputas em curso, seja defendendo uma agenda de direitos, sendo atacando-a, em nome da sacralidade do corpo e da família. A luta por direitos e por acesso a direitos possui uma dimensão laica que, no meu modo de entender, precisa ser defendida e valorizada para transformar, ou ao menos impedir, que neste jogo político se reforce juridicamente e se estabeleça cada vez com mais legitimidade social e jurídica, políticas discriminatórias. A importância deste livro deve muito ao reconhecimento destes atores minoritários que realimentam as causas dos direitos humanos e criam visibilidade para seus protagonistas. Nos tempos atuais, com uma globalização crescente de horrores, certamente temos aqui uma fonte que pode nos nutrir com uma talvez pequena mas necessária esperança.

Bibliografia citada

- CARRARA, S. 2013. Discriminação, políticas e direitos sexuais no Brasil. In: Simone Monteiro; Wilza Villela. (Org.). *Estigma e saúde*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, v. , p. 143-160.
- GIUMBELLI, E. 2014. *Símbolos religiosos em controvérsias*. 1ª ed. São Paulo: Terceiro Nome, 248p .
- TELLES, V. S.. 2009. Nas dobras do legal e do ilegal: ilegalismos e jogos de poder nas tramas da cidade. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, v. 2, p. 97-126.
- REVEL, Jacques. 1998. *Jogos de escalas. As experiências da microanálise*. Rio, Fundação Getúlio Vargas.

Apresentação

Por várias razões, este é um livro muito bem vindo. Uma das mais importantes decorre de seus capítulos lançarem novas luzes sobre a complexa trama que envolve religião, sexualidade, direitos e políticas públicas.

Em suas páginas, marcadas pelos frutos do estágio pós-doutoral que Marcelo Natividade desenvolveu junto ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional/ UFRJ, entre 2009 e 2011, bem como por reflexões posteriores, porém correlatas, articulam-se referenciais clássicos e contemporâneos da antropologia com resultados de recentes pesquisas documentais e etnográficas referentes a direitos de pessoas não heterossexuais.

No primeiro capítulo, centrado em resultados de pesquisas realizadas na Baixada Fluminense, são analisadas vivências de grupos LGBT em meio a demandas por reconhecimento de direitos religiosos e de expressão. A partir de discursos e de seus efeitos, desvelam-se dinâmicas ora de acolhimento ora de exclusão desses grupos no interior de políticas públicas. O que me parece central nesse capítulo é a sensível e firme análise de que o campo religioso, mais do que um *locus* de conservadorismo, e o campo político, mais do que uma arena de conquista e garantia de direitos, são movimentos em que atuam tanto forças que promovem quanto que obstruem ideias e práticas relativas à diversidade sexual. Destacam-se, a partir dos atores entrevistados e das situações etnografadas, periferias urbanas como lugares em que, para além de violências e preconceitos, ocorrem negociações de sentidos transformadores das próprias religiões e políticas públicas. Apesar de uma das conclusões do capítulo apontar um ambiente relativamente

avesso ao reconhecimento de identidades LGBT, orientações normativas do Governo Federal, especialmente expressas no *Programa Brasil sem Homofobia*, parecem ter ecoado, ainda que capilarmente, nas regiões analisadas.

Essa abordagem que transcende dicotomias e que intitula o segundo capítulo (“Para além das oposições...”), nele ganha força a partir de dados e análises das eleições presidenciais de 2010. De acordo com o autor, houve uma crescente visibilidade do tema da cidadania LGBT nessas eleições, o que firmou o espaço público como local privilegiado para o confronto e explicitação de várias comunidades morais e de suas múltiplas representações da diversidade sexual. No decorrer do capítulo são apresentados tanto setores sociais que, ao recorrerem a argumentos e valores religiosos, justificam a diversidade sexual como legítima, quanto setores que, ao fazerem isso, rejeitam-na como ilegítima. O capítulo, portanto, reforça o caráter situacional de atitudes, opiniões e posições públicas, deixando claro que elas não resultam de essências de sujeitos ou de instituições, pois estes, dependendo dos jogos políticos, realinham-se e fazem coalizões.

O terceiro capítulo adensa os dados e análises dos anteriores ao traçar comparações entre contextos etnografados no Rio de Janeiro e no Ceará. Além de impactos de políticas voltadas para pessoas LGBT no sistema de saúde, são pontuados aspectos relativos à segurança pública, educação, atividades culturais, artísticas e legislativas dessas e/ou para essas pessoas. Uma proposta forte do capítulo é que a inclusão de novos sujeitos de direitos cria, simultaneamente, novas zonas de exclusão e de controle. Inclusão e exclusão, portanto, não são vistas como opostas e excludentes, mas como facetas constituintes da dinâmica do jogo de demandas por reconhecimento de direitos em que o Estado é acionado como um ator-chave. Este, por sua vez, ao invés de tomado como uma organização racional-burocrática, cuja essência reside em garantir direitos e cidadania por meio de políticas públicas, passa a fazer sentido se investigado “em ação”, a partir das percepções dos distintos atores envolvidos em disputas de interesses, articulações e (re)definições de legitimidades. Lugares não óbvios e “margens” ganham relevância, em

detrimento de centros tradicionais de onde emanam poderes, de modo que os próprios direitos alcançam outra complexidade, uma vez que, mais do que inseridos no jogo da demanda/ concessão/ garantia, eles circulam e são continuamente reapropriados por sujeitos situados em cenários inusitados.

Mergulhando etnograficamente em três situações observadas em Fortaleza – uma cerimônia em que casais de gays e de lésbicas, por iniciativa estatal, formalizam sua união; reuniões da Guarda Municipal voltadas para a implementação de uma política pública de combate à homofobia; e a etnografia de uma parada pela diversidade sexual –, o autor e a pesquisadora que assinam o quarto capítulo exploram biografias de guardas gays e lésbicas. Eles apontam o quanto esses agentes de segurança se constituem em meio a tensões e trocas em um campo de possibilidades marcado pelas instituições e os grupos sociais com os quais interagem. O Estado aparece novamente multifacetado e mais com dissonâncias no interior de suas próprias instituições do que com linhas coerentes e claras ligando formulações e efetivações de políticas públicas. A “homofobia cordial” dos (e entre os) agentes estatais de segurança revela novas camadas de desigualdades e hierarquias onde, aparentemente, implantava-se uma política pública igualitária.

Em coautoria com outra pesquisadora, e já como resultado de debates desenvolvidos na pós-graduação em Antropologia Social no Departamento de Antropologia da Universidade de São Paulo, onde passou a lecionar em 2014, Marcelo Natividade explora, no quinto capítulo, os conceitos de hospitalidade e hostilidade. O pano de fundo analítico é composto pela noção de controvérsia na esfera pública e pela compreensão do fenômeno religioso como polissêmico, delineado por fronteiras porosas pelas quais direitos sexuais, religião, política e sociedade transitam e negociam sentidos. Da mesma forma que o Estado é pensado “em ação”, o religioso é considerado “em contexto”. Esse exercício é realizado a partir de um quadro global das conexões entre direitos sexuais e religião que considera desde recentes posições papais; eventos da política norte americana; o referendo sobre o casamento entre pessoas do mesmo sexo na Irlanda; um projeto de lei

ugandense contrário à homossexualidade; apontamentos relativos a tribunais internacionais e à ONU; e duas controvérsias brasileiras recentes: a eleição do pastor Marco Feliciano para a Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM) da Câmara dos Deputados e a proibição da veiculação de um vídeo para uma campanha de prevenção à AIDS, no Carnaval 2013, cujo protagonismo é de um casal homossexual masculino. Os autores finalizam o capítulo argumentando justamente que direitos humanos, como quaisquer direitos, têm uma “vida social”. Embora sejam textos de pretensões universais, são sempre localmente interpretados e implementados, de modo que seus sentidos são necessariamente perpassados por relações de poder e delas resultam.

No último capítulo, também coautoral, agora em diálogo com o conceito de “assinatura do Estado”, mais duas controvérsias na esfera pública nacional são analisadas: uma ocorrida em Fortaleza/CE, entre 2012 e 2013, envolvendo o coletivo “As travestidas” e suas relações com uma política pública municipal; e outra, de 2014, relativa a uma festa, realizada por estudantes na Universidade Federal Fluminense/ RJ, na qual mulheres feministas, que se manifestavam contra a violência de gênero, realizaram uma *performance* com seus corpos. Houve intensos debates acerca da legitimidade de apoio estatal para o evento. O mote do capítulo, muito coerente com o conjunto da obra, é o funcionamento da lei e do Estado “em contexto” somado a questionamentos de apropriações locais de “direitos”, de formas plurais de funcionamento do Estado e de modos de regulação estatal que suscitem múltiplas e até contraditórias interpretações da lei. Os autores ressaltam dissonâncias, polissemias, descompassos, hesitações, multivocalidades e “polivalências táticas” quando o Estado, em ação, “assina” políticas públicas. Uma das principais conclusões deste capítulo, e talvez de todo o livro, seja que tais políticas, especialmente quando percebidas a partir das margens e não dos centros institucionais de poder, são instáveis e provisórias, sem contornos fixos, fluidas.

Em tempos em que certos direitos estão sob forte ameaça, tanto no contexto nacional quanto internacional, direitos relativos à liberdade de expressar diversidades (sexuais, de gênero, religiosas, étnicas,

geracionais, político-partidárias e tantas outras), direitos duramente conquistados ou demandados por movimentos tanto das margens quanto do centro de Estados, este é realmente um livro muito bem vindo.

Que cada um(a) de nós, das margens e capilares em que nos encontramos, ou mesmo de *loci* de poder mais centrais que transitoriamente ocupamos, possamos ser gentis hospedeiros de visitantes e refugiados estrangeiros ou que nos sintamos acolhidos se pedirmos guarida. Que o respeito se faça recíproco graças à aposta de que os mais densos aprendizados se dão a partir do encontro de diferentes que anseiam por alargar seus horizontes semânticos. Que a antropologia prossiga contribuindo para isso.

Ana Lúcia Pastore Schritzmeyer
Coordenadora do NADIR – Núcleo de
Antropologia do Direito da USP

